

# A LUTA INCANSÁVEL DO CONTESTADO

## *THE TIRELESS STRUGGLE OF CONTESTED*

Erick Alves da CRUZ <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tende analisar a disputa, ou as disputas, que ocorreram na região denominada Contestado, situado em Santa Catarina. Cem anos após o termino desse conflito que ocorreu no sul do Brasil, cabe agora analisar o que foi esse embate e quais são os reflexos do mesmo para o tempo presente. A guerra do Contestado é vista como sendo a maior guerra civil camponesa da América do Sul, a mesma ocorreu de 1912 a 1916 e foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná. Os motivos que levaram a eclosão desse conflito se entrelaçam, os mesmos são ordem social, política, religiosa e econômica. Essa hostilidade entre militares e camponeses iniciou-se em 1912, porém as terras já eram contestadas há muito tempo. Por esse motivo poderíamos afirmar que foram muitos os contestados, afinal a região passou por disputas entre Argentina e Brasil, Santa Catarina e Paraná e por fim, pelos sertanejos que contestavam e lutavam por um pedaço de terra, os mesmos não lutaram nem por SC nem por PR, mas sim lutaram pelo direito às terras que lhes foram tiradas por latifundiários e empresas internacionais. Analisar a luta incansável do Contestado, ou dos contestados, é complexo e se faz necessário para compreender a atual situação da região que ainda é estigmatizada e sofre marcas do conflito que ocorreu há cem anos.

**Palavras-chave:** Contestado; Conflito; Camponeses; Disputas.

### ABSTRACT

This article tends to analyze the dispute or disputes that occurred in the region called Contested situated in Santa Catarina. One hundred years after the end of the conflict that occurred in southern Brazil, it is now analyze what was this struggle and what are the consequences of that for the present time. The war Contestado is seen as the largest peasant civil war in South America, it occurred from 1912 to 1916 and was defining the current territories of Santa Catarina and Parana. The reasons that led to the outbreak of this conflict intertwine, they are social, political, religious and economic. This hostility between soldiers and peasants began in 1912, but the land was already disputed a long time. Therefore we could say that there were many disputed, after the region experienced disputes between Argentina and Brazil, Santa Catarina and Parana, and finally by sertanejos contesting and fighting for a piece of land, they did not fight nor SC or by PR, but fought for the right to the lands that were taken from them by landowners and international companies. Analyze the tireless struggle of Contestado, or challenged, it is complex and it is necessary to understand the current situation of the region that is still stigmatized and suffering marks the conflict that occurred a hundred years ago.

**Keywords:** Contested; Conflict; Peasants; Disputes.

---

<sup>1</sup> Graduando na Licenciatura em História, Universidade do Contestado. E-mail: erick\_alves\_96@hotmail.com.

## **1. INTRODUÇÃO**

A guerra do Contestado é tratada por vários historiadores como sendo o maior conflito popular ocorrido no sul do Brasil. O conflito que todos imaginam, ao se reportar a esses fatos, trata-se da guerra direta ocorrido nos anos de 1912 até 1916, porém, o presente trabalho tem como principal objetivo proporcionar a compreensão de que a Guerra do Contestado vai além dessa data estabelecida, pois o palco onde ocorreu o conflito entre caboclos e militares do governo foi constantemente atacado e reivindicado por vários grupos, Portugal e Espanha, Argentina e Brasil, Paraná e Santa Catarina e principalmente, pelos civis que estavam à margem dos interesses do governo, esses últimos não lutaram nem por Santa Catarina nem por Paraná.

Assim sendo, analisar a Guerra do Contestado nos ajuda a compreender a atual questão social dos residentes onde ocorreram os conflitos, uma vez que as marcas dessa Guerra ainda se fazem presentes na região. Olhar para o passado nos faz compreender o presente, esse é o ponto central dessa análise histórica.

Para poder compreender os vários conflitos que ocorreram na região do Contestado, principalmente o período de 1912 a 1916, e também refletir sobre os problemas atuais gerados por essa Guerra, foi realizado uma pesquisa bibliográfica. O trabalho foi dividido em duas partes, sendo a primeira, um resgate histórico para refletir que a região onde ocorreu a Guerra de 1912 foi uma região de vários conflitos anteriores pela posse dessa região. A segunda possui uma reflexão das consequências desse conflito para os moradores da região nos dias atuais, uma vez que a população do Contestado atualmente está à margem das preocupações dos governantes, para isso, foram analisadas algumas informações jornalísticas. Ao encerrar o presente trabalho o objetivo é despertar um diálogo mais esclarecido referente a esse conflito popular ocorrido no sul do Brasil, afinal, essa é mais uma das questões brasileiras que pouco se discute.

## **2. A GUERRA DO CONTESTADO**

A Guerra do Contestado teve início em 1912 chegando ao fim no ano de 1916. Esta data citada se refere ao início do conflito direto entre militares e camponeses, pois a região já havia sido contestada há muito tempo. Segundo Fraga (2005), os conflitos nessa região iniciaram a partir de 1680 “quando os portugueses fundaram a colônia do sacramento, na margem esquerda do rio da Prata.”

A partir de 1881 Argentina e Brasil passaram a disputar o domínio sobre as terras do Oeste do Paraná e Santa Catarina. A Argentina se utilizava dos limites definidos no tratado de

Madri do ano de 1750. Essa região que a Argentina estava a reivindicar caracterizava-se como sendo *terra nullius*, ou seja, “terra de ninguém”. O argumento utilizado pelo Brasil e Argentina era o *uti possidetis*, como afirma Meirinho (2012, p. 30):

No caso do Oeste do Paraná e Santa Catarina, o Brasil e a Argentina reivindicavam o domínio político do território argumentando sob o princípio da *uti possidetis*. A Argentina sustentava ainda que, segundo o tratado de Madri de 1750, que ampliou as fronteiras do domínio português na América, toda essa região pertenceria ao domínio espanhol, herdado pela república Argentina.

Em 1895 fica definido as fronteiras do Brasil devido a defesa de Barão do Rio Branco, o mesmo argumentava que os moradores do Oeste do Paraná e Santa Catarina eram falantes da língua portuguesa, o *uti possidetis* ficou assim em favor do Brasil. A questão entre Brasil e Argentina foi resolvida, porém, a região ainda continuou sendo contestada e dessa vez era entre Santa Catarina e Paraná que disputavam o domínio político sobre a região.

O Paraná argumentava que as terras situadas ao sul do rio Iguaçu era pertencente a eles. Desde antes de a Argentina disputar essa região com o Brasil, Santa Catarina já não aceitava o domínio paranaense no território ao sul do rio Iguaçu. Santa Catarina a fim de resolver a questão de limites recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 1904 o caso foi julgado e o STF definiu que as terras do Oeste ao sul do Rio Iguaçu era pertencente ao território catarinense.

Essas lutas por limites territoriais exercidas entre Brasil e Argentina, Santa Catarina e Paraná, não passaram de questões jurídicas, pois na prática essa região que era tão contestada ficava a margem do desenvolvimento que ocorria nos centros urbanos, a mesma permanecia abandonada a própria sorte. Neste sentido Pereira (*apud* MEIRINHO, 2012, p. 32-33) afirma que:

A região do Contestado era constituída por um território sem a presença de um poder político definido e estável, como é corretamente concebido em outras partes do mundo. Figure cada um o que poderá suceder num território do tamanho do Estado de Alagoas ou da Bélgica, no qual, durante séculos, o poder político não esteja claramente definido, onde as autoridades estejam em permanente conflito de jurisdição, onde a presença do Estado se caracterize por uma efêmera e intermitente instalação de postos fiscais destinados a cobrar tributos e, praticamente, nada mais. Diz-se efêmera e intermitente instalação de postos fiscais, por que ora uma província, ora outra, determinava incursão de seus agentes na região para exteriorizar o *uti possidetis*, sem que isso durasse muitos anos. (...) Esta indefinição fronteiriça, por período tão dilatado, seja no território disputado à Argentina, seja no que as províncias do Paraná e Santa Catarina disputavam entre si e que compreendia não somente aquele, mas outros 28.000 km<sup>2</sup> deixavam como terra de ninguém essa enorme porção do solo brasileiro... Raras autoridades fiscais, policiais, judiciárias, e nem uma militar. Raríssimas escolas de ensino primário, assim mesmo mantidas pelos moradores da região. Raros os padres, nem um convento, nem um hospital, nem um médico. Algumas dezenas de milhares de habitantes analfabetos ou semianalfabetos viviam ali entregues à própria sorte. Fruto desse abandono, aí se refugiavam os índios perseguidos em outras regiões (...). Escondiam-se aí, por sua vez, os perseguidos pela polícia ou pela justiça ou ainda pelos oligarcas

locais. Constituíam novas famílias e educavam-nas na base da exclusiva e única segurança pessoal, desapossados que estavam de qualquer proteção de poderes públicos e sujeitos a toda sorte de violências de abusos, arbitrariedade e riscos.

Esse total desinteresse das autoridades com a região contestada pode ser colocada como um dos motivos para gerar tantos conflitos na região. Com essa afirmação sobre o abandono dessas “terras de ninguém”, também poderíamos colocar em dúvida a afirmação do Brasil, que dizia ser dono dessa região pelo fato de que, os que habitavam ali eram falantes do português, pois como se garante na citação acima, as raras escolas que predominava nessa região eram mantidas pelos moradores, possivelmente havia certa quantidade de pessoas que também falavam o espanhol. No meio dessas disputas estavam os caboclos do Contestado, os mesmos, poderiam afirmar que o domínio político era deles, afinal foram eles que tiveram que elaborar estratégias para possuírem o mínimo de condição para as suas existências. É nesse momento que surge o messianismo. Maria Isaura (1965, p. 7 citado por CARVALHO, 2009, p.20) afirma que o movimento messiânico “se destina a concertar o que de errado existe”.

Na região do contestado surge a figura de três homens, que na mentalidade camponesa seriam a mesma pessoa. João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria, eram homens distintos, porém com uma semelhança: pregavam a humildade e a caridade. Com essas características presente no “Monge”, “Peregrino” e “Profeta”, os caboclos encontraram neles um refúgio para os seus sofrimentos e abandono. Esse movimento messiânico mobilizou os caboclos na luta pela defesa de suas terras, originando o que Meirinho (2012) diz ser “o terceiro Contestado”.

A batalha do caboclo nesse terceiro Contestado não defendia nem Santa Catarina nem Paraná, mas era sim, uma batalha pelo direito a vida e ao trabalho de uma forma digna. Esse terceiro Contestado é o que iremos destacar a partir de agora, buscando compreender as causas e consequência. Essa luta do caboclo contra a força estadual e federal inicia-se em 1912 e vai até 1916, no entanto, com marcas que refletem ainda nos dias atuais a região contestada.

Os caboclos do Contestado foram vistos pelo poder público, como sendo fanáticos ou monarquistas, como muito bem destaca Heller (2012, p.12)

Em geral os sertanejos do cruzamento de índios, negros e europeus são considerados boçais, ignorantes, supersticioso, indolentes e vagabundos. Não se diz que eles abriram clareiras de civilização, construíram estradas e veredas, fertilizaram a terra com seu suor; que se dedicaram à coleta e ao beneficiamento da erva mate no sul do país, onde se introduziram criações e lavouras. Não se diz o muito que contribuíram com o seu trabalho para o desenvolvimento nacional e a acumulação de fortunas pelos coronéis papaterras. Mas, quando deixam de se humilhar e espoliar, reclamam um pedaço de terra para viver em paz e pegam em armas contra a repressão inevitável, são imediatamente acusados de fanáticos e bandidos.

Na história do Brasil ocorreram diversas revoltas, mas, segundo o autor citado acima “nem uma das revoltas tiveram as dimensões, as contradições econômicas e políticas e a complexidade do Contestado”. A indefinição do limite territorial entre Santa Catarina e Paraná, o domínio absoluto dos grandes latifundiários e os investimentos de empresas estrangeiras contribuíram cada vez mais para aumentar a miséria dos caboclos do Contestado, os mesmos eram expulsos de suas terras as quais passavam a pertencer a imigrantes. Toda essa péssima condição de vida fez com que os caboclos anunciassem uma forma própria de governo com características monárquicas.

Ao ler a carta aberta à nação, que proclamava Manoel Alves da Assunção Rocha como sendo o imperador constitucional da monarquia sul brasileira, percebe-se que a intenção de instaurar a monarquia era uma forma de repúdio as tentativas de domínio político republicano.

Após uma breve análise do aspecto político e religioso da Guerra do Contestado, passamos agora analisar os fatores econômicos que fizeram com que os caboclos lutassem pelos seus ideais e contra os ideais que o Estado e as organizações privadas vinham sobrepondo aos mesmos.

A elite agrária predominante na região do Contestado possuía a intenção de realizar uma modernização na agricultura. Segundo Carvalho (2009), “a ideologia utilizada para esse projeto caracterizava-se como sendo ruralismo brasileiro, essa era a política da modernização almejada”. Os caboclos do Contestado resistiram a essa ideia, tornando esse, mais um dos motivos para a eclosão da Guerra do Contestado. O mesmo autor afirma que esse conflito foi um momento simbólico da constituição do capitalismo no Brasil por revelar sua dimensão histórica e em nada natural.

É necessário compreender que para poder reafirmar o *uti possidetis* do Estado sobre o Contestado, seria necessário a construção de estruturas que definam o controle político do território. Meirinho (2012) relata que “o Estado detém soberania sobre seu território quando instala estruturas permanentes que indica a presença de instituições públicas”. Os interesses político juntando-se ao econômico garantem melhores condições para as atividades de produção e distribuição de mercadoria. A construção dessas estruturas desperta grande interesse nas empresas particulares. As construções públicas que passam a ocorrer no Contestado possuem então dupla finalidade: expandir as fronteiras das atividades econômicas e também ampliar o poder político sobre o interior.

São os estrangeiros que possuem maior interesse nesses investimentos realizados no interior do Brasil. Os principais investimentos para a industrialização e construção de estradas de ferro no Brasil, eram de origem britânica e isso incomodava os Estados Unidos.

Para analisar a História do Contestado, torna-se indispensável apresentar e discutir o impacto e as transformações que ocorreram na região com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande que cortou a região do Contestado em 1910. Por meio dessa construção, conseqüentemente, acabou por ocorrer a ocupação das terras, como afirma Meirinho (2012, p.40):

Percival Farquhar adquiriu o domínio sobre a construção de ferrovias, que o levou a assumir, em 1908, a construção da ferrovia Paraná – Santa Catarina no trecho a partir do atual município de Porto União. Por meio da companhia *Brazil Railway Company*, Farquhar conduzia a construção de ferrovia e conquistava também o domínio das terras sobre as faixas marginais à linha de ferro, com quilômetros de largura, onde passou a extrair madeira através de sua empresa, *Southern Brazil Lumber E Colonization Company*, frequentemente chamada de Lumber.

Esse projeto de modernização revelou-se uma promessa não cumprida, onde a população não encontrou nem um retorno. Isso nos faz lembrar o 15 de novembro, em que a população assistiu bestializada a Proclamação da República, onde os mesmos serviram simplesmente como figurante. Caso semelhante ocorre no Contestado: para definir os limites entre Brasil e Argentina o povo foi usado como fator principal para a região ser pertencente ao Brasil, no entanto, com esse projeto de modernização, o povo residente foi totalmente ignorado e suas terras entregues ao investidor norte americano (MEIRINHO, 2012).

Para garantir a posse das terras concedidas ao investidor, as empresas do mesmo construíram uma força de segurança privada, tal atitude acabou por aumentar o conflito.

A estrada de ferro salvadora se contratou construir pela maneira mais desonesta, aventureira, impatriótica e nociva que se possa imaginar. Em vez de um generoso empreendimento público, capaz de perpetuar a memória dos que o criaram uma negociata sórdida, mesquinha, míope, e tacanha de administradores de uma colônia, dobradas de joelhos diante da metrópole. Em vez de uma estrada de ferro retilínea, racional, emprenhada a encurtar a distância, lá esta o instrumento imperecível da desonestidade e da corrupção: uma sinuosa minhoca de trilhos, a encarecer os transportes e cada vez mais obsoletos e imprestáveis. Fosse apenas esse o mal, provavelmente ainda assim não teria surgido a rebelião camponesa do Contestado. Mas, a par do crime do traçado, para render a quilometragem em dinheiro, uma estúpida concessão de propriedade sobre as terras marginais, numa largura de 18 km, selecionada dentro de uma faixa de trinta quilômetros. Para apoderar da área que assim conquistara a *Brazil Railway Company*, além de contar com o auxílio de força policiais dos Estados, organizou sua própria malícia e escorraçou centenas de famílias de camponeses (...).

A população local não dispunha de segurança local antes da construção da estrada de ferro. Esse melhoramento público viria para trazer civilização, a dinamização da riqueza agreste, a segurança, a tranquilidade e o progresso. Erra esta a primeira manifestação oficial da presença do regime republicano brasileiro naquelas paragens. A república enxotava os moradores, despojava-os das terras, queimavam-lhes os ranchos e lavouras (...) (PEREIRA, 1996, p. 241 *apud* MEIRINHO, 2012, p. 41).

Como se percebe na citação acima, o projeto de modernização acabou por complicar ainda mais a situação dos caboclos, gerando conflitos e mortes. A Guerra do Contestado, não pode ser vista “como sendo uma oposição ao projeto de instalação de estruturas avançada de transporte ou ao desenvolvimento econômico da região” (MEIRINHO, 2012). Esse conflito foi uma oposição ao roubo de terras do caboclo, que acabaram por levar a região a dificuldades das quais possuem até os dias de hoje.

Com a chegada de empreendimentos capitalistas, juntamente com a ideologia ruralista, passou a ser exigida uma mudança dos moradores da região, mudanças de antigos costumes e adaptação de uma nova realidade (CARVALHO, 2009). Para os investidores, o caboclo é visto somente como algo que deve ser superado, é como se “o fardo do homem branco” ainda sobrecarregasse os seus ombros. No enredo de Martha Fernandez Gonzaga, “Contestado – 100 anos da insurreição xucra”, utilizado no carnaval de 2012 em Florianópolis, percebe-se a consequência desse “desenvolvimento” trazido pela estrada ferro à região do Contestado: “Mas um dia a dor chegou pelos trilhos da ambição, a fumaça nos ares corta campos e lares, parecia o mal na forma de um dragão”.

Todos esses fatores, político, econômico, cultural e religioso despertaram, o que segundo Eduardo Galeano (1986, *apud* Fraga, 2009, p. 17) afirma ser “uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca”. A luta travada no Contestado inicia-se em 1912 tendo como final o ano de 1916. Cem anos após o fim da guerra, passamos agora a realizar uma análise sobre as marcas desse conflito, para a região contestada nos dias atuais. Vale a pena lembrar a necessidade de ser breve devido às causas e consequências dessa guerra serem muito complexas e requerem um estudo mais profundo que não poderá ser desenvolvido no presente trabalho.

### **3. O CONTESTADO HOJE**

Uma das marcas da Guerra do Contestado foi a definição de limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná. A ganância pelo lucro fez despertar a Guerra do Contestado. A marca dessa ambição está registrada na economia, na sociedade e na cultura catarinense. Meirinho (2012) menciona que a principal característica atual da região do Contestado é o seu baixo IDH. Talvez como uma forma de retaliação ao povo que ousou contestar, a região possui um visível sinal de abandono.

A notícia a seguir, de 2012, ilustra o poder político contestado sobre este território:

A bancada parlamentar de Santa Catarina reconhece que o Contestado, região com menos IDH do Estado, é discriminado na distribuição de verbas federais para o Estado. No repasse per capita de dinheiro, os municípios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costas e Santa Cecília, onde ocorreu a guerra entre militares e caboclos no começo do século XX, recebem apenas 10% dos valores que chegam às prefeituras do litoral e da serra catarinense, conforme dados divulgados no caderno especial Meninos do Contestado, no domingo (Bancada de Santa Catarina “esquece” Contestado na distribuições de verbas Federais. Jornal o *Estado de São Paulo*, NOSSA, 2012).

Em algumas regiões percebem-se fortemente as marcas do conflito presente no IDH baixo e uma população de descendentes dos antigos moradores daqueles territórios, como exemplo, pode-se citar Matos Costa e Calmon, que segundo Klueger (2012) “são cidades muito pobres, de IDH baixo, com população descendente dos antigos moradores da região”. Porém, tal situação não é uma regra geral para toda a região do Contestado, é possível encontrar cidades que é como se não tivesse ocorrido guerra, pois, essas cidades foram recolonizadas após o conflito. As principais cidades povoadas após a guerra, principalmente por alemães e italianos vindos do de terras gaúchas, foi o Oeste e Extremo Oeste catarinense. Com esse fenômeno, ocorreu uma aculturação. Um exemplo de cidade que foge da regra de pobreza após a batalha travada na região e recebe imigrantes é Treze Tílias.

Nossa e Júnior (apud FRAGA, 2012, p. 12-13) compara o desenvolvimento da região do Contestado semelhante aos grotões do nordeste brasileiro:

Dos sete mil moradores de Timbó Grande, município em que ocorreu a batalha final de Santa Maria, 44,2% são pobres ou indigentes. Em Calmon, cidade de três mil habitantes, o porcentual é ainda maior, 46,8%. Na capital, Florianópolis, o número de pessoas pobres e indigentes é de 7,9%. Em Timbó Grande, 39% das famílias têm renda per capita de até meio salário mínimo, segundo dados do Censo 2010. A média em Santa Catarina é de 13,21%. A desigualdade tem acompanhado o avanço da indústria de pinus no município. Desde que surgiram as plantações no território do município, no começo dos anos 1990, a disparidade entre classes aumentou. A participação dos 20% mais pobres na renda caiu de 2% em 1991 para 0,9% em 2000. A mortalidade infantil em Timbó Grande apresenta números superiores aos registrados em média no Estado. De cada mil crianças que nascem no município, 28 morrem antes de completar um ano, de acordo com o Ministério da Saúde. Em Santa Catarina, são 12 crianças mortas para cada mil. No município de Timbó, o índice de crianças nascidas de mães adolescentes é de 37,7%, um porcentual considerado elevado pelos especialistas. **Ilha da pobreza.** Pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo federal priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano as grandes cidades e os municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e do Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o porcentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano

Para romper com esse subdesenvolvimento presente na região do Contestado torna-se necessário considerar os fatores de sua identidade cultural.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao voltar nossa atenção para fatos que nos antecederam abre-se uma possibilidade de compreensão do momento atual. A Guerra do Contestado, ou dos contestados, ocorreu há 104 anos, e nesse ano completam 100 anos de seu desfecho. Esse conflito possuiu vários fatores, entre eles podemos citar: a indefinição de limites entre Santa Catarina e Paraná; menosprezo por parte dos dois Estados em questão, para com os que residiam na região do Contestado; espírito capitalista e o sonho de “desenvolvimento” que almejava a elite agrária e empresas internacionais.

Santa Catarina e Paraná, disputavam as terras e menosprezavam os caboclos. Diante do abandono surge uma esperança para esse povo que se apega aos ensinamentos dos monges que por essa região passaram. Os mesmos, diante da ideia de uma nova forma de governo, instauraram a monarquia que servia de repúdio à república, que opremia cada vez mais os sertanejos.

Além de todos esses fatores, o estopim para o início da batalha entre militares e caboclos foi a chegada da estrada de ferro. O custo do esperado desenvolvimento foi alto para o homem do Contestado que perdeu suas terras devido “ao dragão que soltava fumaça”.

Ano de 1916, fim da guerra. A consequência principal foi o acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná. E nos dias atuais o Contestado possui marcas dessa grande batalha camponesa, colocada por Fraga como sendo a maior da América Latina. Algumas regiões antes esquecidas pelos poder público, ainda hoje continuam a margem dos planos do Governo Federal e Estadual, outras regiões não sofrem tanto com o peso da batalha que ocorreu, devido a recolonização desses territórios, onde a cultura cabocla se mistura com a italiana e alemã.

#### 5. REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Tarcisio Motta de. *Coerção e consenso na primeira república: a guerra do contestado 1912-1916*. 2009. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- HELLER, Milton Ivan. *A atualidade do contestado: edição do centenário da guerra camponesa*. Curitiba: J.M. Livraria Jurídica e Editora, 2012.
- KLUERGER, Urda Alice. *CONTESTADO: TRES OLHARES DIFERENTES NAS POPULAÇÕES QUE HOJE OCUPAM AS ARES DA ANTIGA GUERRA*. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre*

- insepulto do Brasil*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 303-320.
- MEIRINHO, Bruno Cesar Deschamps. CONTESTADO, A MODERNIZAÇÃO INCOMPLETA. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 27-44.
- NOSSA, Leonencio. BANCADA de SC 'esquece' Contestado na distribuição de verbas federais. 2012. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-de-sc-esquece-contestado-na-distribuicao-de-verbas-federais,835413>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

Artigo recebido em: 15/09/2016

Aceito em: 17/11/2016